

auc

O regime em questão

CORREIO BRAZILIENSE

9 AGO 1967

OSVALDO PERALVA

O torneio sobre parlamentarismo e presidencialismo voltou a adquirir maior interesse, com a entrada em campo de alguns combatentes de reconhecida capacidade intelectual, como é o caso do senador Afonso Arinos, em discurso na Assembléia Nacional Constituinte.

Professor de Direito Constitucional, com larga experiência política, adquirida no exercício de diferentes funções públicas, tanto no Legislativo, como deputado federal e senador, quanto no Executivo, como ministro de Estado, autor de livros de estudos sobre a realidade nacional, não sendo obviamente candidato a presidente da República nem a primeiro-ministro, portanto com isenção irrecusável, o orador atacou o presidencialismo e defendeu a proposta parlamentarista.

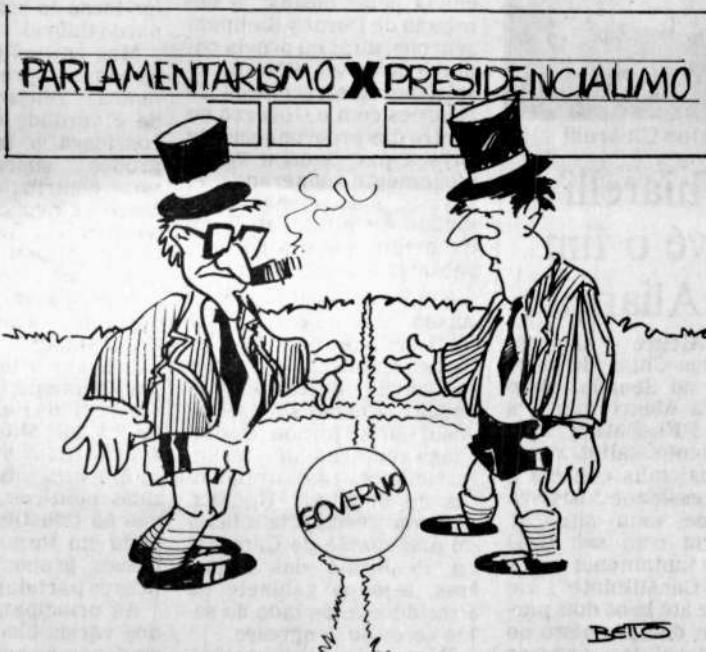
Em seu entendimento, o presidencialismo nunca foi aplicado no Brasil de modo conveniente. Nem no Brasil nem em qualquer outro país ou continente, fora dos Estados Unidos, onde o regime se implantou por circunstâncias históricas especiais, a Guerra da Independência.

Seu discurso, a despeito da veemência de alguns trechos, manteve-se em tom didático, como aula de história e de política. Passando ao caso brasileiro, explicou o advento do presidencialismo, juntamente com o da República, pela influência do positivismo, que lhe serviu de fundamento filosófico e que, com base em Augusto Comte, preconizava a ditadura esclarecida.

Citou o exemplo de Benjamin Constant, então jovem oficial. Mas bem que poderia citar os exemplos também de Getúlio Vargas e Luis Carlos Prestes.

A esta altura, é interessante notar que a acusação usualmente feita ao parlamentarismo, de nunca haver sido praticado convenientemente no Brasil, agora é voltada contra o presidencialismo, através da palavra respeitável do senador Afonso Arinos.

Da primeira fase do parlamentarismo, ainda no Império,



diz-se que não era um sistema puro, pois Dom Pedro, no exercício do poder moderador, tinha uma autoridade muito superior à dos presidentes ou mesmo dos reis em democracias parlamentares. Da segunda fase, pior ainda, o presidente João Goulart, apesar de reduzido em seus poderes, ainda os tinha muito mais que os chefes de Estado nos regimes parlamentaristas europeus.

Nesses argumentos, há sempre uma boa dose de idealismo, no sentido de falta de realismo. Não há regime que nasça pronto e acabado, como saído de uma fôrma. Eles se constituem e se desenvolvem de acordo com as circunstâncias.

O que houve de anômalo, no segundo caso, foi a interferência militar no processo político, com os chefes das Forças Armadas arvorando-se o direito de veto contra a assunção da

Presidência pelo vice-presidente, tido como não-confiável do ponto de vista ideológico. Era compreensível que a sabotagem ao regime partisse do alto, da própria Presidência, amputada em parte de suas atribuições. Foi o que aconteceu.

Era compreensível igualmente que a população rejeitasse essa interferência indébita, tão logo fosse chamada a se pronunciar a respeito. Submetido a um plebiscito, o parlamentarismo recebeu um clamoroso não.

Do episódio, a lição a extrair nos dias atuais é que a redução dos poderes do atual Presidente, por determinação dos constituintes, pode produzir a mesma rejeição popular. Pairam dúvidas sobre a consistência das pesquisas de opinião pública contrárias ao parlamentarismo, mas ao sentido ético do povo não deve parecer correto que um governante, escolhido sob

um sistema e com determinada soma de poderes, tenha seu estatuto modificado no meio do caminho. Em outras palavras, que as regras do jogo sejam mudadas durante a partida.

O presidente José Sarney concordou em que seu mandato seja reduzido de um ano, como aconteceu com o presidente Dutra em 1946, e que o sistema seja alterado de modo a mitigar as forças do Executivo, mediante participação do Congresso nas atividades governamentais. E uma inequívoca disposição ao compromisso.

Se os parlamentaristas revelarem idêntica disposição, a mudança integral do regime poderá vigorar somente a partir do fim do mandato do Presidente, mediante ressalva nas Disposições Transitórias da Carta Constitucional em elaboração.

A batalha decisiva vai ser travada no plenário da Constituinte, mas os contendores não podem deixar de ser influenciados pela opinião pública, a qual merece esclarecimentos sérios, fundamentados e corretos sobre a questão.

Não é o que vem acontecendo. Há quem apele até para o argumento da força, como se o problema tivesse de ser resolvido mediante a aprovação ou o veto dos generais. Outros apelam para a ignorância, com afirmações falsas ou ingênuas.

Não existe regime ideal sobre a face da Terra, e tanto o parlamentarista quanto o presidencialista apresentam seus lados negativos, dependendo do ângulo pelo qual sejam apreciados.

A realidade é que aos líderes políticos com perspectiva de alcançar a Presidência da República ou mesmo governanças estaduais, o presidencialismo oferece mais atrativos. Aos parlamentares que, sobretudo no último período do autoritarismo, sofreram tantas humilhações por parte do Executivo, cujas crises ameaçam sempre com a ditadura, o atrativo em voga é o parlamentarismo.

A questão é, pois, bastante séria, e como tal merece ser tratada. O discurso de Arinos é um exemplo.